



ATA DA II REUNIÃO DA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TRE-BA 2016-2021

1. Identificação da Reunião

Data	Horário		Local	Coordenador da reunião
20/08/2019	Início: 09:20	Término: 12:00	Sala de Sessões	Benjamin Macedo (Chefe da SEPLANE)

2. Objetivo

- ✓ Análise dos resultados da estratégia referentes ao 2º trimestre do exercício de 2019.

3. Membros do Conselho de Governança

Nome	Unidade	Ramal	Email
<i>Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia</i>			
Edmilson Jatahy Fonseca Júnior	Presidente do Tribunal	7060	gabpre@tre-ba.jus.br
<i>Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia</i>			
José Edivaldo Rocha Rotondano	Vice-Presidente do Tribunal	7013	gab-cre@tre-ba.jus.br
<i>Ouvidoria</i>			
Antônio Oswaldo Scarpa	Juiz Ouvidor	7367	ouv@tre-ba.jus.br
<i>Escola Judiciária Eleitoral</i>			
Freddy Carvalho Pitta Lima	Diretor da EJE	7040	eje@tre-ba.jus.br
<i>Juiz Eleitoral da Zona Responsável pela Administração das Instalações Prediais do Fórum Eleitoral (art. 2º da Resolução Administrativa TRE-BA nº 6/2013)</i>			
Isabella Santos Lago	18ª ZE - Salvador	7248	zona018@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Diretoria-Geral</i>			
Raimundo de Campos Vieira	Diretoria-Geral	7032	assesd@tre-ba.jus.br
<i>Substituta da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral</i>			
Mirella Sophia Peregrino Ferraz Cunha	SCR	7366	scr@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços</i>			
Antônio Moisés Almeida Braga	SGA	7099	sga@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão</i>			
Luciana Bichara Dantas	COPEG	7106	copeg@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação</i>			
Luciana Maria Freitas Fonseca	STI	7117	sti@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Gestão de Pessoas</i>			
Robelza Oliveira Santos Rocha	SGP	7183	sgp@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade</i>			
Carla Lustosa Pinto da Silva	SOF	7170	sof@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria Judiciária</i>			
Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima	SJU	7148	sju@tre-ba.jus.br
<i>Representante da Comissão de Chefes de Cartório da Capital</i>			
Maria do Socorro Carvalho Cruz Medeiros de Almeida Gouveia	2ª ZE - Salvador	7232	zona002@tre-ba.jus.br
<i>Representante da Comissão Especial de Servidores do Interior</i>			
Thaíssi Neves Sampaio	24ª ZE - Ipiáú	4024	Zona024@tre-ba.jus.br



4. Demais Participantes

Nome	Lotação	Ramal	Email
Catiuscia Dantas Abreu Oliveira	COAUD	7055	coaud@tre-ba.jus.br
Andréia Martins Machado	COORC	7178	coorc@tre-ba.jus.br
Bianca Penélope Souza de Almeida Nascimento	ASERI	7003	aseri@tre-ba.jus.br
Ana Amélia Ferraz	ASERI	7003	aseri@tre-ba.jus.br
Luciana Senna Martinez Dantas	GABJUIZ2	7058	lsmartinez@tre-ba.jus.br
Mércia Wanderley Calazans Jardim	GABJUIZ4	7290	mwalazans@tre-ba.jus.br
Valéria Leônidas Braga	GABJUIZ5	7276	vlbraga@tre-ba.jus.br
Marco André Carneiro Lima	PLAS	7230	mclima@tre-ba.jus.br
Elisa Maria Romeu Santos	OUV	7367	emsantos@tre-ba.jus.br
Amanda Bretas Machado	EJE	7040	amanda.machado@tre-ba.jus.br
Délmara Miranda Santos Bandeira de Mello	GAB-STI	7118	dmsantos@tre-ba.jus.br
Carla de Araújo Mendonça Garcia	COSINF	7132	camendonca@tre-ba.jus.br
Aleide Polliana de Souza Carvalho Pereira	GAB-STI	9172	apcarvalho@tre-ba.jus.br
Ronaldo Leite da Silva Júnior	GAB-SPL	7321	rljunior@tre-ba.jus.br
Josênoel Bastos Pinto	COAPRO	7157	jbpinto@tre-ba.jus.br
Sandra Ramos Cerqueira	COEDE	7209	srcerqueira@tre-ba.jus.br
Francisco de Assis Melo	COSUP	7128	famelos@tre-ba.jus.br

5. Equipe COPEG

Nome	Lotação	Ramal	Email
Christiany Teixeira Suzart	SEGEPRO	7193	ctsuzart@tre-ba.jus.br
Cristiane Sena de Queiroz	SEGEPRO	7193	csqueiroz@tre-ba.jus.br
Marcos Diniz Gonçalves O'dwyer	SEGEPRO	7193	mdgoncalves@tre-ba.jus.br
Edilene Alonso de Carvalho Lima	SEGOVE	7049	ellima@tre-ba.jus.br
Kércia Sant'Ana Sodré	SEGOVE	7049	kssodre@tre-ba.jus.br
Maria das Graças Pinto de Almeida	SEGOVE	7049	mgalmeida@tre-ba.jus.br
Alana Ellen Costa da Silva Medrado	SEPLANE	7102	aemedrado@tre-ba.jus.br
Benjamin Batista de Macedo Neto	SEPLANE	7102	bbneto@tre-ba.jus.br
Daniela Brandão Cardoso	SEPLANE	7102	dbperes@tre-ba.jus.br
Greice da Costa Santos	SESTAT	7362	crsilva@tre-ba.jus.br



6. Discussão da pauta

Apresentação/Deliberações

II REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2019

A reunião foi aberta pela Coordenadora de Planejamento de Estratégia e Gestão, Luciana Bichara, que fez uma breve explanação sobre o Planejamento Estratégico do Tribunal; seus objetivos estratégicos, enfatizando a importância em alcançá-los para a implementação da estratégia; além de informar como é feita a mensuração dos indicadores e o monitoramento da estratégia. Comunicou também acerca dos projetos, que também contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.

Seguidamente, Benjamin Macedo, Chefe da Seção de Planejamento Estratégico, iniciou a apresentação dos resultados do 2º trimestre de 2019, apresentando uma visão geral do desempenho dos 41 (quarenta e um) indicadores, separando-os por situação: ótima (22); em atenção (3); crítica (3); não mensurado (11) ou em construção (2). Dos 11 (onze) indicadores não mensurados neste trimestre, 2 (dois) são não aplicáveis em 2019, 8 (oito) são medidos anualmente, ao final do exercício, e 1 (um) encontra-se sem medição em virtude da necessidade de implementação formal do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT).

Foram mostrados, também, o desempenho dos 22 (vinte e dois) projetos estratégicos priorizados para 2019. Observou-se que houve uma evolução significativa nos resultados do segundo trimestre, tendo em vista que a grande maioria (82%), o que corresponde a 18 projetos, está com “andamento normal, conforme planejado”. A esses projetos somam-se 3 (três) “com atrasos, não considerados críticos” e 1 (um) “projeto suspenso”, que é o Projeto Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), suspenso na última RAE em razão de novas diretrizes nacionais estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Mostrou-se o mapa estratégico do Tribunal, no qual foi visualizado o desempenho dos 15 (quinze) objetivos estratégicos neste trimestre: 9 (nove) com indicadores satisfatórios; 2 (dois) com a média dos indicadores demandando atenção e outros 4 (quatro) sem mensuração no período.

Ressaltou-se que o objetivo estratégico “Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis”, que estava em atenção na última RAE, passou a apresentar desempenho satisfatório. Já os objetivos “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa” e “Aperfeiçoar a qualidade do gasto público”, permanecem em atenção neste trimestre.

Os objetivos que tiveram desempenho satisfatório foram “Assegurar a garantia dos direitos da cidadania”, “Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade”, “Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional”, “Prestar atendimento de excelência ao público”, “Fortalecer a segurança do processo eleitoral”, “Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis”, “Promover a melhoria da governança em gestão de pessoas”, “Assegurar a adoção de boas práticas de gestão” e “Aperfeiçoar a governança de TIC”. Já os que merecem atenção são, conforme dito acima, “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa” e “Aperfeiçoar a qualidade do gasto público”.

Ata de Reunião



Posteriormente, passou-se à apresentação individualizada dos resultados dos indicadores e projetos estratégicos no 2º trimestre de 2019, destacando-se os pontos que necessitavam de deliberação do Conselho, os quais foram encaminhados aos membros com antecedência.

A seguir, relacionamos as situações pendentes de deliberação, suas justificativas e quais foram as decisões do Conselho:

OBJETIVO: AUMENTAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- ✓ Quanto ao *i5 – Índice de agilidade no julgamento (1º e 2º graus)*, sugere-se adequar o quando medir: de semestralmente para trimestralmente.

Justificativa: Necessidade de acompanhamento trimestral do indicador, o que já vem ocorrendo na prática.

Deliberação: Aprovação unânime.

- ✓ Quanto ao *i5 – Índice de agilidade no julgamento (2º grau)*, a SJU solicita repactuação das metas, conforme especificado:

Metas Vigentes	Propostas de Metas
2019 – 97%	2019 – 95%
2020 – 98%	2020 – 96%
2021 – 99%	2021 – 95%

Justificativa: Metas superestimadas, sendo necessário adequá-las aos dados estatísticos observados ao longo dos anos (PAD n.º 4.897/2019). Propostas definidas em reunião com a COPEG/SESTAT.

Marta Gavazza, Secretária da SJU, ponderou que a meta atual está ineficaz, e que essas novas metas propostas continuam desafiadoras, mas possíveis de serem atingidas.

Deliberação: Aprovação unânime.

- ✓ Quanto ao *i6 – Índice de atendimento à demanda (2º grau)*, a SJU solicita repactuação das metas, conforme especificado:

Metas Vigentes	Propostas de Metas
2019 – 103%	2019 – 101%
2020 – 101%	2020 – 101%
2021 – 104%	2021 – 101%



Justificativas: Metas superestimadas, sendo necessário aproximá-las do patamar exigido pelo CNJ para a Meta Nacional 1/2019 – *Julgar mais processos que os distribuídos*. Para alcance da Meta 1, é preciso julgar quantidade equivalente a 100% dos processos distribuídos no ano + 1. Após reunião com a COPEG/SESTAT, considerando ser recomendável estabelecer meta interna mais desafiadora do que a do CNJ, definiu-se a proposta de meta em 101% (PAD n.º 4.897/2019).

Deliberação: Aprovação unânime.

Considerações sobre os indicadores:

- Indicador i4 – Taxa de congestionamento – 1º grau

Mirella Cunha, Coordenadora da COAJUC, informou que, com relação ao indicador i4 - Taxa de congestionamento – 1º grau, o seu aumento já era esperado devido ao fim do prazo das prestações anuais de contas de partidos políticos (30/04), o que acarretou um aumento substancial de novas autuações em maio/2019.

Luciana Bichara ponderou, também, que a Taxa de congestionamento do primeiro trimestre, 1,16%, pode não estar correta devido à reestruturação do Tribunal, ocorrida no final de março/2019, com mudanças nas equipes das unidades, que, por sua vez, estavam assimilando como fazer as medições naquela oportunidade, ressaltando-se, inclusive, que a Corregedoria conferirá o resultado desse indicador referente ao 1º trimestre.

- Indicador i6 – Índice de atendimento à demanda – 1º grau (Meta Nacional 1/2019)

A Coordenadora da COPEG ressaltou que a queda do indicador i6 – 1º grau (Meta Nacional 1/2019) também deveu-se à entrada dos processos de prestação de contas no final de abril, em maio e em junho/2019, destacando que houve um equilíbrio entre os processos julgados e os casos novos.

- Indicador i7 – Índice de julgamento de processos antigos – 1º grau (Meta Nacional 2/2019)

Com relação ao indicador i7, Luciana Bichara informou que a meta já foi atingida, pois o resultado é cumulativo, mas ponderou que, para o Prêmio CNJ de Qualidade, além do alcance da meta, considera-se o quanto da meta foi superado e compara-se esse resultado com os dos demais Tribunais do país.

Mirella Cunha explicou que estão sendo realizados cinco mutirões, um em cada região do Estado, e que todas as zonas eleitorais serão atendidas pelo mutirão, em algum momento, no período de



agosto a dezembro/2019, o que deverá alavancar ainda mais este indicador.

- Indicador i4 – Taxa de congestionamento – 2º grau

Marta Gavazza, Secretária da SJU, comunicou que a taxa de congestionamento já se encontra em 17%, portanto, de junho a agosto já houve uma grande evolução.

- Indicador i7 – Índice de julgamento de processos antigos – 2º grau (Meta Nacional 2/2019)

A Secretária da SJU comunicou também que só há um único processo relacionado à Meta Nacional 2/2019 e que já se encontra em via de conclusão.

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- ✓ Quanto ao *i9PP – Prestação de contas de partidos políticos (2º grau)*, a SJU e a COPEG propõem adequar o nome, *quando medir, como medir* e metas do indicador, conforme especificado:

	Atual	Proposta
Nome do indicador	i9PP - Prestações de contas de partidos políticos	i9PP - Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos
Quando medir	Anualmente, em janeiro	Trimestralmente
Como medir	[Número de prestações de contas de partidos políticos julgadas no exercício (NPCPPJ) / Número Total de Prestações de Contas de Partidos Políticos (NTPCPP)] x 100	[Número de prestações de contas de partidos políticos julgadas no exercício (NPCJ) / Número de prestações de contas de partidos políticos existentes no acervo do ano anterior (NPCEA) + 2] x 100
Meta 2019 (2º grau)	65%	100% = Acervo do ano anterior + 2
Meta 2020 (2º grau)	70%	100% = Acervo do ano anterior + 2
Meta 2021 (2º grau)	75%	100% = Acervo do ano anterior + 2

Justificativas: Necessidade de ajustar o indicador ao rito processual próprio das prestações de contas anuais, com prazos extensos, estando os processos prontos para julgamento apenas no final do ano posterior ao exercício de referência das contas (PAD n.º 4.897/2019). Para tornar a meta desafiadora, propõe-se acrescer 2 casos novos, que deverão ser julgados assim como todo o acervo



existente no final do ano anterior. Propostas definidas em reunião com a COPEG/SESTAT.

Deliberação: Aprovação unânime, com a substituição da palavra **acervo** pela palavra **estoque** no “como medir” e, conseqüentemente, nas explicações das novas metas.

Considerações sobre os indicadores:

- Indicador i8 – Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo – 1º grau (Meta Nacional 4/2019)

Mirella Cunha explanou que o indicador i8 não tinha sido calculado no 1º trimestre, visto que esse é o primeiro ano da Meta Nacional 4/2019 do CNJ e que o sistema PortCre não conseguia extrair as informações necessárias para a medição do indicador. O sistema PortCre foi adaptado e as informações puderam ser detectadas e foram apresentados os desempenhos nos 1º e 2º trimestres.

Segundo a Coordenadora da COAJUC, a unidade está acompanhando os processos supracitados, tendo sido efetuada uma lista com aproximadamente 112 (cento e doze) processos, sendo que essa quantidade não é exata, visto que processos entram e saem do status “sobrestados”.

Ainda segundo Mirella Cunha, essa quantidade, apesar de não ser grande, apresenta uma complexidade no controle, pois esses processos encontram-se espalhados pelas zonas eleitorais do Estado, que possuem realidades bem distintas.

Como forma de controle e de agilizar o andamento dos supracitados processos, a COAJUC oficiou as zonas eleitorais, explicando a importância do andamento célere desses processos, assim como expondo a relevância do cumprimento da Meta Nacional 4/2019 do CNJ.

A Coordenadora da COAJUC informou, também, que haverá inspeções virtuais nos cartórios que estão com algum processo relativo a essa meta.

Foi informado por Mirella Cunha que os processos relativos à Meta 4/19 vão ser priorizados na migração para o sistema PJe. Destacou, ainda, que estão acontecendo 5 (cinco) mutirões no Estado, que englobam todas as zonas eleitorais, e que as equipes deslocadas estão fazendo listagens desses tipos de processos, que estão sendo digitalizados, tendo certificadas suas digitalizações e guardados seus arquivos. Assim que o TSE autorizar a migração, esses processos já estarão prontos para ser transferidos para o PJe, o que agilizará sobremaneira o andamento dos processos.

- Indicador i8 – Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo – 2º grau (Meta Nacional 4/2019)

Marta Gavazza e Mirella Cunha informaram que restam pendentes de julgamento 4 (quatro) processos das Eleições 2018 que possam resultar em perda de mandato, todos de competência originária do Corregedor, dos quais 2 (dois) estão conclusos, 1 (um) em fase de alegações finais e 1 (um) em instrução.



OBJETIVO: APERFEIÇOAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

- ✓ Quanto ao *p18 - Sistema GASTCRED*, a patrocinadora (SOF) solicita alteração da denominação do projeto: de “Sistema GastCred” para “Sistema GEORFI” (Gestão Orçamentária e Financeira); ampliação da sua entrega; e prorrogação do prazo final: de 2019.2 para 2020.2.

Justificativa: Considerando o programa de qualificação do processo de orçamentação e do gasto público, desenvolvido pela COORC, verificou-se a necessidade de alteração da ficha do projeto, previsto para iniciar em 2019.2, de modo a abranger não apenas a programação, mas também o planejamento, monitoramento, execução orçamentária e financeira. Com a implementação do novo sistema (GEORFI), tarefas serão automatizadas, assegurando a qualidade e a integridade de informações para subsidiar a tomada de decisões. (PAD n.º 9.731/2019).

A Secretária da SOF informou que o Sistema GEORFI é muito mais abrangente que o GastCred pois vai desde o planejamento orçamentário até a execução financeira, e será benéfico não só para a SOF como para os gestores e usuários, que terão informações em tempo real sobre suas execuções. Ressaltou que é necessário tempo para que a Fábrica de Softwares consiga desenvolver o sistema na sua plenitude.

Deliberação: Aprovação unânime.

- ✓ Referendar a Proposta Orçamentária 2020 do TRE/BA, aprovada *ad referendum* pela Presidência em maio/2019 (PAD n.º 3.956/2019), conforme art. 12, X, da Resolução Administrativa n.º 15/2018.

Deliberação: Referendo unânime.

Considerações acerca dos indicadores:

- Indicador 23 - Índice de adequação ao plano anual de contratações (PLANCONT)

Moisés Braga, Secretário da SGA, informou que, com a mudança na Administração do Tribunal, houve alterações no planejamento da Biometria, e, devido a isso, foram realizadas novas contratações, com prazos curtos para conclusão, que tiveram que ser priorizadas, em detrimento das contratações programadas no PLANCONT 2019.

O Secretário ressaltou, ainda, que, com o recebimento do imóvel que pertencia ao TRT, o Anexo III, novas contratações tiveram que ser realizadas para adequação do imóvel, as quais igualmente tiveram que ser priorizadas, postergando as demais contratações que estavam no planejamento.

Essas novas contratações fizeram com que houvesse queda de adesão ao PLANCONT, e, conseqüentemente uma diminuição no alcance da meta do indicador.

- Indicador 30 – Índice de execução financeira

A Secretária da SOF falou da importância de empenhar e pagar no mesmo exercício financeiro,



solicitando aos fiscais que se esforçassem para que isso acontecesse. Comunicou também que, este ano, o TSE irá encerrar as atividades relativas a pagamentos em 19/12, o que reforça a necessidade de empenhar e pagar as faturas até o início de dezembro/2019.

Carla Lustosa informou que, somente neste ano, o TRE-BA está sentindo o impacto da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto dos Gastos Públicos), e que a situação é grave. Solicitou que as contivessem gastos e que executassem o que foi planejado sem a criação de novas despesas, visto que o orçamento de 2020 será ainda mais restrito.

- Indicador 32 - Índice de alcance das metas do PLS 2018-2021

Marco André Lima, responsável pelo Núcleo de Logística Sustentável, informou as medidas que estão sendo tomadas pelo PLAS, tais como: projeto para construção de uma usina fotovoltaica, substituição de lâmpadas comuns por de LED, campanhas de economia de energia e redução das despesas de telefonia com a utilização do VOIP no interior. Comunicou também que será publicada uma Portaria para restringir a compra de copos plásticos, os quais só serão disponibilizados para as unidades com atendimento externo.

Moisés Braga, Secretário da SGA, explicou que a construção da usina fotovoltaica conta com a simpatia do TSE e que diminuirá o consumo de energia. Asseverou também que haverá ampliação do reservatório de água da chuva, para maior aproveitamento desse recurso e utilização dessa água para jardinagem e limpeza dos banheiros. Esse estudo, no momento, encontra-se parado, mas deve ser retomado em outubro/2019.

Luciana Bichara informou que foi divulgado o resultado do Relatório Sócio Ambiental de 2018 e que o TRE ficou em 70º lugar dentre todos os Tribunais. Comunicou que, em 2018, o CNJ só estava contabilizando o consumo de copo, água envasada e papel, mas que, para a próxima avaliação, serão mensuradas também as despesas com combustível, água, luz, motoristas e telefonia.

OBJETIVO: MELHORAR O DESEMPENHO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Quanto ao p24 – Evolução da maturidade dos processos (2017.1 a 2021.2), a gerência (SEGPRO) solicita especificação dos subprocessos a serem mapeados e melhorados em 2019, conforme explicitado:

Ano	Processos organizacionais	Subprocessos a serem mapeados e melhorados
2019	Realizar atos preparatórios de eleições	Convocação de Mesários Treinamento de Mesários Locais de Votação e de Justificativa
	Prestar atendimento ao cidadão	Gestão do Atendimento no Fechamento do Cadastro Eleitoral



Justificativa: Considerando que os processos organizacionais a serem trabalhados em 2019 foram definidos na III RAE de 2018, a gerência aponta necessidade de promover maior clareza aos registros do planejamento do projeto, de modo a especificar os subprocessos a serem efetivamente mapeados e melhorados, que foram priorizados por critérios de relevância e oportunidades de melhoria (PAD n.º 8.995/2017).

Deliberação: Aprovação unânime.

OBJETIVO: PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL E SEGURO

- ✓ Quanto ao *i18 - Índice de Implementação da qualidade de vida no trabalho*, propõe-se priorizar a tramitação do PAD n.º 15.213/2017, no qual constam minutas de normativos para instituir o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) e o Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho.

Justificativa: Necessidade de implantação formal do PQVT para mensuração do indicador e melhor direcionamento dos projetos relacionados ao Programa.

Deliberação: Aprovação unânime.

OBJETIVO: ASSEGURAR A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

- ✓ Quanto ao *i21 - Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional*, propõe-se adequar a fórmula do como medir, conforme especificado:

	Atual	Proposta
Como medir	[Número de Unidades Administrativas e Judiciárias com o planejamento estratégico desdobrado (NUAJ) / Número Total de unidades Administrativas e Judiciárias (NTAJ)] x 100	[Número de unidades desdobradas no período (NUD) / Número de unidades com desdobramento previsto para o período (NUDP)] x 100

Justificativa: Necessidade de serem contabilizadas, no cômputo da meta anual, apenas as unidades com desdobramento previsto para o exercício, e não o total de unidades existentes no Tribunal.



Deliberação: Aprovação unânime.

- ✓ A COPEG/SEGEPRO propõe adequar o Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do TRE-BA, alterando-se a Resolução Administrativa nº 16/2018, conforme minuta constante no PAD nº 11.395/2019.

Justificativa: Em decorrência de avaliação após o primeiro ano de implementação do SGR, considerando a reestruturação organizacional e as atribuições regulamentares da SEGEPRO (Res. Adm. n.º 13/2019), a unidade submete ao Conselho propostas de alterações à Resolução Administrativa n.º 16/2018 (PAD n.º 11.395/2019), nos termos do art. 4º, IV e XIII, c/c art. 10, II, da Res. Adm. n.º 15/2018; e do art. 29, da Res. Adm. n.º 16/2018.

Deliberação: O Conselho de Governança decidiu que, preliminarmente à apreciação da matéria, deverá ser aberto trâmite colaborativo aos Membros para manifestação acerca das propostas de alteração apresentadas no PAD nº 11.395/2019.

OBJETIVO: PROMOVER A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TIC

À vista de considerações apresentadas pela STI no Sistema Geplanes, foi franqueada a palavra à unidade, que ressaltou a necessidade de ser revista a meta do *i29 - Índice de cumprimento das metas do PETI*, considerando que a primeira medição desse indicador, ocorrida em 2018, reflete um desempenho de apenas 50%, muito inferior à pretensão/meta de cumprir-se 94% dos 10 (dez) indicadores monitorados no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC).

Foi pontuado, também, que dos 4 (quatro) indicadores do PETIC monitorados no segundo trimestre, 3 (três) atingiram as metas estabelecidas para o período, perfazendo um total de 75%. Com relação aos indicadores ainda não mensurados, suas informações serão disponibilizadas no segundo semestre, conforme periodicidade detalhada nas fichas respectivas.

Ademais, foi ressaltado que os 10 (dez) indicadores do PETIC deverão ser revisados pela STI e posteriormente submetidos à apreciação do CGovTIC.

Com relação ao Plano Anual de Capacitação, a Secretária de Tecnologia da Informação, Luciana Fonseca, comunicou que o curso de Governança de TI encontra-se em andamento, com a inclusão de uma palestra para a Alta Administração e servidores, a ser ministrada por Daniel Jezine, auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) e referência em Governança Pública.

A Coordenadora da COPEG asseverou que, tão logo apresentada proposta de repactuação de meta do *i29 - Índice de cumprimento das metas do PETI*, pela STI, a matéria será objeto de deliberação em RAE.



7. Fechamento da ata

Participantes	Assinatura
Des. Edmilson Jatayh Fonseca Júnior	
Des. José Edivaldo Rocha Rotondano	
Juiz Antônio Oswaldo Scarpa	
Juiz Freddy Carvalho Pitta Lima	
Juíza Isabella Santos Lago	
Raimundo de Campos Vieira	
Mirella Sophia Peregrino Ferraz Cunha	
Antônio Moisés Almeida Braga	
Luciana Bichara Dantas	
Luciana Maria Freitas Fonseca	
Robelza Oliveira Santos Rocha	
Carla Lustosa Pinto da Silva	
Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima	
Maria do Socorro Carvalho Cruz Medeiros de Almeida Gouveia	
Thaíssi Neves Sampaio	